

O agrarismo brasileiro em questão: os intelectuais e a formação do capitalismo agrário brasileiro

Introdução

É possível que em nenhum outro momento de sua história a sociedade brasileira tenha refletido tanto sobre o mundo agrário quanto na década de 1960 e nos anos que a sucederam. A consciência sobre a existência de uma “questão agrária” em meio a um processo que se considerava de franca modernização do país galvanizava esforços de compreensão e interpretação nos meios mais diversos, as ciências sociais, o jornalismo, a literatura, o cinema, a propaganda política. Ativou-se uma imaginação social sobre o mundo agrário e seus personagens, seu lugar na formação histórica e no processo de “desenvolvimento”. O mapeamento deste campo revela que boa parte das controvérsias que o estruturam pode ser percebida a partir das disputas em torno da própria definição do que se considerava “a questão agrária”, e dos programas para sua “solução” bem como os projetos de futuro para a agricultura e o país.

A “questão agrária” mobilizava um conjunto amplo de atores sociais. O movimento camponês vinha atingindo níveis crescentes de organização e de autonomia, com a formação das Ligas Camponesas em Pernambuco e de sindicatos de trabalhadores rurais em todo o país². Era uma presença nova na cena política, capaz de despertar atenção para uma parte da população diretamente afetada pelo processo de modernização em curso. A *intelligentsia* urbana, por sua vez, dedicou grande esforço para a disputa e a interpretação da “questão agrária”. Os partidos políticos e os governos em suas diversas instâncias

¹ Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisador do CPDOC – FGV, Brasil, com bolsa de pós-doutorado concedida pelo CNPq. E-mail: ffm Maia@yahoo.com.

² Ver Camargo (1973).

também participaram deste campo, tecendo uma rede de afinidades e alianças em torno de ideias, interesses e políticas. O golpe militar de 1964 interrompeu esta movimentação, mas em contrapartida o regime militar teve que lidar com o tema, organizando políticas e buscando vincular o tema agrário a seu projeto de modernização do país.

Neste texto, procuro analisar a produção intelectual em torno da questão agrária brasileira e suas conexões com as transformações sociais que estavam em curso. Procuro saber como os intelectuais definiram e interpretaram a questão agrária, como essas interpretações se vinculavam aos projetos de país de que eram portadores e como interagiram com a política no período. A análise permitiu definir a formação de três campos distintos, que conformaram linguagens de interpretação da questão agrária, a saber, o reformismo de esquerda, o reformismo liberal e a razão modernizadora. Esses campos não são internamente homogêneos, comportam significativas diferenças entre autores que, todavia, possuem um forte diálogo interno e compartilham matrizes teóricas e proposições que permitem distingui-los dos outros campos.

O reformismo de esquerda relaciona-se ao debate produzido em torno do marxismo e do estruturalismo cepalino acerca da importância da reforma da estrutura agrária brasileira como via de desenvolvimento. Deste debate participaram autores como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., Ignacio Rangel e Celso Furtado. Esses autores tendiam a considerar, em maior ou menor medida, a estrutura agrária como um obstáculo ou uma desvantagem para o desenvolvimento da agricultura e da industrialização brasileiras. Viam a reforma como uma alternativa para promover novas relações de trabalho e propriedade no campo, mais ajustadas a um projeto de estilo “nacional-popular”, ainda que a reforma tivesse para eles conteúdos distintos, notadamente no que diz respeito à prioridade da distribuição de terras *vis-à-vis* a ampliação dos direitos trabalhistas no campo.

Já o reformismo liberal constituiu uma linguagem distinta de compreensão da questão agrária que, embora compartilhasse a defesa de reformas e submetesse a estrutura agrária brasileira a severa crítica, fazia-o com razões próprias. Trata-se de um campo de intelectuais com forte influência das teorias da modernização norte-americanas, que consideravam a transição da agricultura “tradicional” para a agricultura de mercado um eixo decisivo dos processos de modernização das sociedades periféricas e que viam na reforma da propriedade agrária a possibilidade de generalização de uma mentalidade capitalista no campo. A reforma aqui estaria associada a um projeto de

formação de uma classe média rural com feições empresariais. Foi o projeto que moveu intelectuais como Roberto Campos e Paulo de Assis Ribeiro, bem como os *think tanks* do liberalismo brasileiro. Foi esta a versão que marcou as políticas agrárias do primeiro governo do regime militar e a elaboração do Estatuto da Terra em 1964.

O reformismo agrário, no entanto, foi objeto de cerrada crítica a partir dos trabalhos de Antonio Delfim Netto e posteriormente de Ruy Miller Paiva e Antonio Barros de Castro. Os três economistas enfrentaram a visão da inadequação da estrutura agrária brasileira para a continuidade da industrialização, argumentando que a grande propriedade poderia ser um veículo de modernização e que os grandes proprietários podiam responder às necessidades de crescimento da agricultura comercial, se recebessem os estímulos corretos. Esses trabalhos procuravam não só desfazer a imagem de “atraso” da estrutura agrária como projetar um ideal de capitalismo agrário assentado na grande produção agrícola crescentemente integrada com cadeias agroindustriais, assimilando um “ideal industrial” de produção agrícola que se contrapunha ao ideário reformista. Não era entretanto uma economia que se afirmasse com autonomia, na medida em que sua construção material dependia da vinculação com o projeto de desenvolvimento conduzido pelo Estado durante o regime militar.

O exame desta produção intelectual permite discutir o caminho singular da modernização da agricultura brasileira durante o regime militar e o protagonismo que os intelectuais tiveram nesta construção – e, dentre eles, um certo tipo de intelectual, o economista. Nos anos 1960, o reformismo agrário constituiu uma alternativa real de desenvolvimento da agricultura que colocava em xeque, em maior ou menor medida, a continuidade da reprodução da grande propriedade e dos sistemas repressivos de controle da força de trabalho no campo. Todavia, o desfecho das disputas em torno dos projetos de modernização da agricultura apoiou-se em uma representação diversa do mundo rural, para a qual a questão agrária configurava-se como um problema de adaptação da grande propriedade a um ideal industrial de capitalismo agrário, projetando um forte deslocamento do tema.

A hegemonia de uma linguagem voltada para o grande capitalismo agrário orientou um conjunto de políticas públicas altamente seletivas. Neste período, o Estado fortaleceu suas capacidades como agente regulador da economia rural, do mercado de trabalho e de terras, de forma que a reprodução da economia agropecuária brasileira tornou-se largamente dependente da mediação estatal. As instituições criadas no período para a pesquisa agrícola, para o financiamento da

produção ou para a garantia de preços tornar-se-iam indispensáveis. Todavia, o fortalecimento das capacidades estatais não significou a submissão plena das relações sociais no mundo rural ao ordenamento racional-legal garantido pelo Estado, restando campo ainda aberto a recursos de poder e à violência privada.

O artigo busca então investigar as condições em que emergiu esta nova interpretação da questão agrária, como ela se posiciona em relação às interpretações concorrentes, como se relaciona com o projeto de modernização do país no regime militar e seus possíveis efeitos para a ordem política brasileira.

Questão agrária e modernização

A relação entre questão agrária e modernização tem um lastro importante na bibliografia das ciências sociais. Na virada do século XIX para o século XX, tanto entre autores marxistas quanto na obra de Max Weber, as transformações em curso no mundo rural, com a emergência de uma agricultura comercial organizada de forma capitalista, foram entendidas como parte decisiva do processo de modernização, com efeitos igualmente importantes para a constituição da ordem política. O problema comum enfrentado por esses autores era como compreender a passagem de uma agricultura assentada em formas de propriedade da terra e organização do trabalho oriundas do feudalismo para formas especificamente capitalistas em contextos de modernização periférica, nos quais a percepção do “atraso”, sempre relativo, em face das potências capitalistas condicionava tomadas de decisão e levava ao engajamento do Estado na orientação dos processos de mudança. A Rússia czarista e a Alemanha bismarckiana foram referências para pensar a questão agrária em ambientes de modernização periférica. Em ambos os casos, processos de transformação econômica, social e política, por exemplo, a emergência de formas capitalistas de produção na cidade e no campo, a liberação dos antigos vínculos feudais e o questionamento dos poderes absolutistas, conviveram com ritmos e sentidos distintos, por vezes conflitantes. Lênin e Max Weber foram dois dos melhores intérpretes do período e podemos explorar a possibilidade de que, para além de suas grandes diferenças metodológicas e normativas, constituíram uma hipótese convergente, a de que o sentido que assumia a “questão agrária” poderia determinar ou ter grande influência na condução da modernização capitalista, e que a dominância das antigas classes dominantes agrárias na transição retardava a afirmação de uma hegemonia burguesa plena no mundo rural com efeitos conservadores para o ordenamento político mais geral.

Weber abordou o tema primeiramente em seus estudos sobre a constituição do trabalho nas fazendas dos *junkers* prussianos, a nobreza de origem feudal que havia colonizado o leste alemão (a Prússia) e estabelecido forte hegemonia militar. Seu argumento era que os *junkers* foram forçados durante o século XIX, em virtude das condições do mercado internacional de produtos agrícolas, a adaptar as condições de operação de suas fazendas a um regime capitalista, dissolvendo as antigas relações patriarcais de dominação sobre o campesinato em favor de relações cada vez mais capitalistas, o que significava introdução de trabalho assalariado, ruptura das relações de moradia do campesinato nas terras senhoriais, convivência com maior mobilidade espacial dos camponeses e, por vezes, a contratação de trabalhadores migrantes. Entretanto, os *junkers* não se convertiam inteiramente em uma burguesia agrária, pois não se entregavam de todo aos princípios de competição econômica e social estabelecidos pelo mercado, buscando especialmente manter a propriedade da terra como fonte de poder político e procurando por meio da influência política engajar o Estado na defesa de suas posições econômicas. As consequências eram diversas, o campesinato via reduzidas suas possibilidades de atingir a condição de proprietário autônomo de terras – tal como os farmers norte-americanos – e, no plano nacional, os *junkers* sustentavam uma política econômica de forte viés protecionista que conflitava com interesses dos setores mais dinâmicos da burguesia industrial, induzindo um modelo autárquico de desenvolvimento do capitalismo, no qual o Estado joga papel decisivo na arbitragem de interesses, com sentido desfavorável para a democratização política³ (WEBER, 1974, 1981, 1989a, b).

Lênin, por sua vez, percebeu que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia estava marcado por uma forte tensão com os controles estabelecidos pelos grandes proprietários agrários sobre a terra e a força de trabalho, estabelecendo um ritmo desigual segundo as possibilidades de ruptura com os controles tradicionais (LÊNIN, 1982). Esta tensão ganhou estatuto político ampliado com a revolução de 1905 que abalou os fundamentos do poder autocrático do Czar e iniciou um período de reformas no qual estariam em jogo as possibilidades da modernização e da democracia na Rússia. De acordo com Lênin (1979), a resposta da autocracia aos movimentos revolucionários de 1905 era construir uma

³ Gerschenkron (1966) desenvolveu este *insight* weberiano mostrando como a defesa de políticas econômicas protecionistas pelos *junkers* alemães teve forte relação com o autoritarismo político.

aliança entre o czarismo, os senhores de terra e a nascente burguesia industrial em torno de um programa de reformas que buscasse proteger a grande propriedade agrária das reivindicações distributivas do campesinato. Ao mesmo tempo, esta categoria social se diferenciava internamente e estava sendo dividida pelas oportunidades abertas com o desmanche do regime de propriedade coletiva de terras camponesas e com os programas de colonização das terras de fronteira, que possibilitavam a aparição de uma categoria de camponeses enriquecidos (os *culaques*). Stolypin, o principal ministro do Czar após 1905, falava abertamente em transformar os *culaques* em *farmers* na esperança de produzir uma nova modelagem moral capaz de assegurar apoio à coalizão monarquista⁴. Lênin concluía que o futuro da modernização russa estava sendo jogado no campo, para onde pendesse a balança da questão agrária, penderia o sentido da transformação social e política, ou seja, as esperanças de derrocada da autocracia residiam na mobilização camponesa por uma ruptura com os controles estabelecidos pela aristocracia feudal no campo, abrindo caminho para um processo de democratização política⁵. A questão agrária comportaria então duas soluções, uma “via prussiana” de desenvolvimento, na qual a grande propriedade de extração feudal não se desfaz e comanda o desenvolvimento capitalista, ou uma “via americana”, pautada pela ruptura com a dominação tradicional e assentada produção capitalista controlada pelo campesinato (LÊNIN, 1974).

Também o trabalho de Barrington Moore (1975) pode ser visto em linha de continuidade com as interpretações de Lênin e de Max Weber. Moore, com base em rica história comparada, sustentou que as res-

⁴ Para um balanço mais contemporâneo da historiografia das reformas de Stolypin, ver Pallot (1999).

⁵ Em 1905 e nos anos seguintes Lênin não considerava possível uma revolução socialista na Rússia; seu argumento era que ao campesinato e à classe operária interessava um processo de democratização política baseado na instauração da República, no sufrágio universal e na representação parlamentar. Como se sabe, apenas com a derrota da Rússia na I Guerra Mundial, Lênin propôs uma mudança de tática, apoiando a constituição de um poder soviético. Cabe notar que em 1905 há também uma mudança na orientação de Lênin em relação ao campesinato, já que em seus escritos anteriores, ele havia sido mais reticente quanto às possibilidades democráticas de uma “via camponesa” de desenvolvimento do capitalismo, tal como assinalado por Shanin (1985). Weber, entretanto, avaliou a conjuntura na Rússia de forma diversa, desconfiando das possibilidades de desenvolvimento de uma agricultura capitalista sob hegemonia camponesa (WEBER, 2005).

postas que senhores de terra e camponeses produziram aos desafios da transição para a agricultura comercial foram decisivas para a conformação dos regimes políticos nos processos de modernização. De acordo como autor, há uma forte relação entre a forma como são transformados os regimes de controle da força de trabalho e da propriedade da terra e as possibilidades de democratização política. Moore considera que a permanência de regimes coercitivos de controle da força de trabalho e da grande propriedade territorial teve afinidades com processos de “modernização conservadora”, isto é, processos nos quais o aparelho estatal agiu tanto para introduzir transformações econômicas e sociais quanto para preservar seletivamente as posições sociais das antigas classes dominantes. Este arranjo não é possível sem autoritarismo político, preservando ao Estado e seus dirigentes o controle do processo modernizador. Em contrapartida, haveria uma relação interna entre a ruptura com os controles aristocráticos sobre terra e trabalho e os processos de democratização política.

Os argumentos de Weber, Lênin e Barrington Moore ajudam a estabelecer parâmetros para discutir os projetos e os conflitos envolvidos na emergência do capitalismo agrário brasileiro durante o regime militar. A hipótese convergente é que, quando a expansão do capitalismo não desfaz as antigas redes de controle sobre a terra e sobre a força de trabalho, há dificuldades – ou até mesmo impossibilidade – para a democratização política. Isto porque a terra não se torna um ativo econômico simplesmente, mas conserva funções políticas e enseja a manutenção de formas repressivas de controle da força de trabalho. Ao mesmo tempo, o Estado era mobilizado, como no exemplo alemão, para proteger diferencialmente a grande propriedade agrária, tornando a reprodução da economia dependente dos arranjos da política.

Embora a agricultura comercial seja uma velha conhecida dos brasileiros, as condições plenas para o moderno capitalismo agrário não estavam dadas desde a colonização devido a sua combinação com um sistema repressivo de controle da força de trabalho, a escravidão, em fazendas de *plantation*, cuja produção era monocultora e voltada para os mercados internacionais⁶. A abolição da escravidão não desfez

⁶ Caio Prado Júnior (1994) é a referência clássica para o tema. As hesitações com que a historiografia brasileira lidou com essa questão revelam a dificuldade de tratar conceitualmente a combinação entre agricultura comercial e controle repressivo da força de trabalho e da terra. Não consideramos necessário tomar partido aqui na extensa polêmica sobre o tratamento adequado do período, mas apenas constatar – o que, de resto, é feito por todos – a singularidade do arranjo e sua longa durabilidade no tempo.

essas redes de controle, rearticuladas por mecanismos de dependência política ou de superexploração da força de trabalho que, em alguns casos, podem ser vistos ainda nos dias de hoje. Apenas em meados do século XX alguns desses sistemas começaram a ceder, como vem mostrando a sociologia brasileira, especialmente os trabalhos de José de Souza Martins (2010), de Moacir Palmeira (1989), Afrânio Garcia (1990) ou de Lygia Sigaud (1979). A emergência do movimento camponês nos anos 1950 é um indício dessas transformações, o que permite aproximar o período estudado daquelas transformações apontadas pela literatura. Assim, o debate dos anos 1960 pode ser visto como o momento decisivo da questão agrária “clássica” no Brasil, isto é, da questão agrária como uma luta política em torno do sentido que vai assumir a formação do capitalismo agrário brasileiro.

Neste debate constituíram-se três posições principais que podem ser mais bem examinadas enquanto linguagens distintas de interpretação da questão agrária. De acordo com Pocock (1987), linguagens podem ser entendidas como registros formais nos quais certas proposições podem ser estabelecidas e inteligivelmente compreendidas. As linguagens operam como discursos institucionalizados que fornecem o contexto primário, nos quais os atos de fala podem ser compreendidos e que estabelecem formas de mediação com as práticas. Assim, as linguagens nos permitem ter acesso às formas de autocompreensão da sociedade e estabelecer relações com formas distintas de agência. O estabelecimento das linguagens da questão agrária pode auxiliar a compreensão não só das controvérsias interpretativas mas também do aparato cultural e cognitivo que foi mobilizado nas disputas políticas e na orientação da agência do Estado e dos atores sociais.

O reformismo de esquerda como linguagem de interpretação da questão agrária

O reformismo de esquerda pode ser compreendido como uma linguagem de interpretação da questão agrária e como um campo de controvérsias intelectuais e políticas. Em comum, os autores têm uma referência teórica importante no marxismo e no estruturalismo cepalino, duas matrizes de interpretação que se encontraram em um mesmo espaço político e intelectual no Brasil dos anos 1960. Politicamente, o reformismo de esquerda se contrapunha a seus adversários pela defesa de um projeto “nacional-popular” que buscava combinar uma via de desenvolvimento referenciada na “nação” com a incorporação das classes subalternas. A afirmação da nação e do Estado nacional era vista como estratégica para a superação de um estatuto

de heteronomia e dependência em relação aos centros do capitalismo mundial, condição vista como necessária para o desenvolvimento da economia e para a incorporação das classes subalternas. As reformas estruturais eram consideradas decisivas para remover os obstáculos ao desenvolvimento, e dentre elas, em maior ou menor medida, a reforma agrária era essencial. Neste campo, pode-se encontrar autores como Alberto Passos Guimarães, Celso Furtado, Ignacio Rangel e Caio Prado Júnior⁷.

Boa parte da bibliografia crítica deu mais destaque às polêmicas políticas e teóricas entre eles do que aos elementos de continuidade, obscurecendo a formação de uma linguagem comum⁸. Esses autores viram a estrutura agrária brasileira, em maior ou menor medida, como um obstáculo ou ao menos como um problema para a consecução do projeto de modernização e desenvolvimento. Pensavam a questão agrária como parte de uma questão nacional, entendida como afirmação da soberania da nação não apenas do ponto de vista jurídico, mas como internalização das condições do desenvolvimento econômico e social, superando as relações de dependência com os países capitalistas centrais. Alberto Passos Guimarães (1963; 1968) é uma expressão modelar deste argumento, afirmando que a dominância da grande propriedade rural, o latifúndio, era a causa do atraso no desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, devido a sua afinidade com sistemas repressivos de controle da mão de obra que teriam por efeito a precária integração dos trabalhadores nos circuitos econômicos e de direitos modernos, bem como o baixo nível da tecnologia utilizada na produção agrícola. Segundo Guimarães agricultura extensiva, monocultora e voltada à exportação são características intrínsecas do latifúndio brasileiro que obstruem a generalização da pequena (ou da média) propriedade, do assalariamento, em suma, de relações capitalistas no campo, assim como obstruem a formação de um mercado interno robusto. O latifúndio, como elemento central da estrutura agrária, é o alvo da crítica e o objeto da reforma, sua remoção seria condição *sine qua non* para a transformação da questão

⁷ Politicamente, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocupou posição central no diálogo entre esses intelectuais. O partido possibilitava a mediação entre as interpretações e um programa político de feição nacional-popular. Para uma análise da política e do programa do PCB nesse momento, ver Werneck Vianna (1988).

⁸ Moacir Palmeira (1971) é, neste sentido, uma exceção ao valorizar (criticamente) as referências comuns dos autores e procurar entender o debate como constitutivo de um campo político e intelectual comum.

agrária brasileira e não poderia se dar de forma espontânea, isto é, pela desagregação oriunda das crises econômicas ou do movimento do mercado, que vinham se mostrando insuficientes para abrir espaços para um regime distinto de propriedade. A solução seria a reforma agrária “antilatifundiária” e “anti-imperialista”, abrindo caminho para uma estrutura agrária que combinasse propriedade familiar e fazendas capitalistas.

Embora Caio Prado Júnior divirja da tese de que o latifúndio brasileiro seja remanescente de uma economia não capitalista, por considerá-lo desde a colônia integrado aos circuitos mundiais de reprodução do capitalismo, o que não o leva a vê-lo como obstáculo ao capitalismo no campo, este autor também considera as relações de trabalho e propriedade no campo um problema para a construção da nação (PRADO JÚNIOR, 1994). A rigor, a avaliação de Caio Prado tem dois momentos distintos, divididos pela aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Em um primeiro momento, a ênfase maior do autor era na necessidade de distribuição de terras, embora não compartilhasse a conclusão a que chegara Guimarães de que o nível tecnológico da agricultura brasileira era rebaixado em função da extensão da propriedade rural, argumentando que a grande produção no Brasil historicamente bons resultados econômicos. O problema estava na combinação entre grande propriedade voltada para o mercado exterior e controles repressivos sobre a força de trabalho, com a escravidão e suas remanescências. Estas últimas eram derivadas do monopólio da terra, que no período após a abolição da escravidão obrigava os trabalhadores a procurar empregos em condições precárias, ou em relações de semiassalariamento e de sujeição pessoal que constituíam sério obstáculo a sua integração econômica e social. Desta forma, a reforma da estrutura de propriedade deveria ser combinada com legislação que operasse no eixo dos direitos trabalhistas, limitando os processos de sujeição pessoal e fortalecendo a integração dos trabalhadores em um regime pleno de assalariamento e organização sindical (PRADO JÚNIOR, 1979). Nos textos posteriores a 1963, Prado passa a considerar que a implementação da nova legislação trabalhista no campo deveria ganhar forte prioridade em relação à política de reforma agrária, já que a elevação do estatuto civil e social das classes subalternas do campo teria efeitos transformadores de grande alcance, provocando uma mudança estrutural na economia de modo a favorecer a formação do mercado interno e a ruptura das condições de heteronomia no plano internacional (PRADO JÚNIOR, 1966).

Redistribuição da propriedade agrária e ampliação dos direitos trabalhistas formam os dois eixos principais em torno dos quais o reformismo de esquerda organizou sua crítica à estrutura de propriedade e às relações de trabalho no mundo rural brasileiro. Sua transformação era vista como condição para a formação plena da nação e para o desenvolvimento econômico, embora os ângulos com que o problema era atacado fossem distintos. Os temas também aparecem nos trabalhos de Celso Furtado e de Ignacio Rangel. Furtado concentrou sua produção neste período na análise da agricultura e do desenvolvimento econômico do Nordeste brasileiro, tema que não via restrito ao aspecto regional, mas que considerava como questão decisiva de integração nacional, ameaçada pela desigualdade regional. Esta desigualdade era considerada parte da condição de “subdesenvolvimento” da economia brasileira, uma estrutura heterogênea formada por setores “atrasados”, marcados pela produção com baixa intensidade tecnológica e voltada sobretudo para a subsistência, e outros setores “modernos” voltados para mercados externos, característica típica da condição periférica da economia brasileira no cenário internacional. O “desenvolvimento” dependeria assim da homogeneização dessas estruturas, com a elevação dos níveis de produtividade de todo o sistema econômico, o que só poderia ser alcançado com a industrialização. A questão agrária nordestina insere-se nessa perspectiva, pois sua formação histórica centrada no latifúndio e na monocultura teve efeitos concentradores de renda, dificultadores da absorção de mão de obra e inibidores da formação de mercado interno, o que por sua vez explicaria o atraso relativo do processo de industrialização da região em face da economia paulista onde a agricultura cafeeira teve consequências distintas (FURTADO, 1959; 2009). Ademais, a estrutura agrária, tanto nas regiões mais úmidas produtoras de cana-de-açúcar, quanto nas mais secas dominadas pela pecuária e pelo cultivo do algodão, revelava-se pouco adaptada às condições demográficas e ambientais da região, causando escassez de alimentos e má distribuição populacional (FURTADO, 1964). A profilaxia passava pelo planejamento estatal para indução da industrialização, pelo avanço dos direitos trabalhistas (especialmente na região canavieira) e por um conjunto amplo de medidas que incluíssem a reforma agrária, a abertura de terras para colonização em terras de fronteira no Maranhão, projetos de irrigação e a transição da agricultura de subsistência para a agricultura comercial.

Já Rangel construiu uma interpretação bastante independente em relação aos demais autores. Com Furtado compartilhou uma forte

preocupação com a industrialização como condição para o desenvolvimento econômico brasileiro e procurou subordinar a questão agrária a esse problema mais amplo. Diferentemente de Guimarães, não via no latifúndio um problema em si mesmo para a emergência do capitalismo, considerava até que poderia haver alguma vantagem na concentração de capital para a promoção de investimentos na agricultura. A questão agrária deveria ser compreendida em torno do que chamava de problemas “próprios” ou “impropriamente” agrários. Assim, a reforma da estrutura agrária, com realocação de recursos e de pessoas (o problema propriamente agrário) não teria abrangência nacional, mas deveria restringir-se às terras novas da fronteira agrícola, distantes do latifúndio, onde o Estado poderia com menor custo estabelecer um regime “americano” de propriedade. Nas demais regiões, o problema era considerado “impropriamente” agrário pois tratar-se-ia da incapacidade da economia agrícola de absorver os contingentes demográficos disponíveis, o que seria melhor equacionado com incentivos à industrialização (RANGEL, 1962; 2005).

O reformismo liberal

O reformismo liberal representou uma resposta de lideranças empresariais, políticas e intelectuais aos desafios colocados pelo ascenso da mobilização camponesa, que, diferentemente dos setores conservadores, buscou incluir a reforma da estrutura agrária em seu repertório político. Essa resposta foi articulada de forma coletiva reunindo contribuições de intelectuais diversos em torno de algumas instituições, sobretudo o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Social (IJNPS), que durante a primeira metade dos anos 1960 dedicaram-se ao estudo, debate e elaboração de proposições para a reforma agrária. Esses institutos funcionaram como verdadeiros *think-tanks* da elaboração de alternativas aos projetos do campo da esquerda. De maneira geral, disputavam o sentido da modernização do país, defendendo uma via assentada em princípios liberais de um capitalismo de mercado sob hegemonia burguesa. Recusavam o “populismo”, o “nacional-popular” e o socialismo. Foram refratários às mobilizações populares, às quais contrapunham soluções “técnicas”, temerosos da perda de controle político e social sobre as classes subalternas do campo. Não estabeleceram ligações políticas com essas mobilizações. São essas, em última instância, as linhas que demarcam sua posição com o reformismo da esquerda, embora possamos identificar, no que diz respeito às proposições e instrumentos

de reforma agrária, referências em comum. Muitos desses intelectuais fariam parte do primeiro governo do regime militar, sob a presidência do marechal Humberto Castello Branco, vinculados ao prestigiado Ministério do Planejamento de Roberto Campos. Muitas das proposições que defenderam foram consignadas no texto legal do Estatuto da Terra e ajudaram a formar as instituições que conduziriam a política agrária no período 1964-1967.

A ideia propugnada pelos liberais de uma “reforma agrária democrática” significava essencialmente uma reforma não socialista. No contexto de forte disputa ideológica da Guerra Fria, os liberais tentavam demarcar um terreno próprio no qual a reforma agrária pudesse ser conectada com uma via de aprofundamento do capitalismo liberal no Brasil. A sociedade norte-americana era uma referência poderosa para o imaginário desses liberais, pela estabilidade e prosperidade que a ordem social burguesa havia alcançado. É uma imagem de sociedade moderna bem ordenada, tendo inclusive vencido, no que diz respeito à questão agrária, os obstáculos para o desenvolvimento do capitalismo no campo. A reforma agrária deveria servir à passagem da estrutura agrária brasileira “atrasada” a uma estrutura moderna, na qual a propriedade familiar teria lugar de destaque.

A concepção e o repertório desses liberais estiveram bastante influenciados pelas teorias da modernização e pelas iniciativas da política externa norte-americana no início dos anos 1960. Esse foi um período de influência do pensamento acadêmico sobre a política externa nos Estados Unidos. De acordo com Gilman (2003), as teorias da modernização representaram uma projeção “americanista” do modernismo para o mundo, um esforço intelectual para compreender o que estava acontecendo em regiões pós-coloniais do mundo no pós-guerra e ao mesmo tempo para torná-las mais parecidas com a sociedade norte-americana, isto é, menos parecidas com os soviéticos ou os chineses. A “modernização” diria respeito a um conjunto de transformações que não se restringiam à economia, mas englobavam a sociedade, a cultura, valores e normas legais. A modernização era vista como o “tipo certo de revolução”, uma projeção liberal das mudanças sociais em direção a um padrão comum e convergente de desenvolvimento.

Esses intelectuais ganharam espaço na política externa americana durante o governo Kennedy (1961-1963) e sua principal iniciativa na América Latina foi a “Aliança para o Progresso” (APRO), programa de cooperação, no âmbito da OEA (Organização dos Estados Americanos), entre os Estados Unidos e os países da região. Com a APRO, a América Latina ganhava importância na agenda externa norte-ameri-

cana e mudava o sentido básico dos programas de auxílio financeiro, com a formulação dos “projetos de desenvolvimento” e das propostas de “reformas sociais”. O corolário reformista da APRO era tributário do imaginário desenvolvido pela teoria da modernização. Os Estados Unidos deveriam interessar-se na modernização das sociedades latino-americanas com o objetivo de garantir a transição em direção a “sociedades abertas”, utilizando para tanto as políticas de desenvolvimento, sendo a reforma social planejada e orientada pelo Estado a via fundamental para atingir esses fins⁹. Os documentos da APRO sempre deram alta prioridade ao desenvolvimento rural, o que estaria relacionado à percepção da alta concentração demográfica no meio rural. Contudo, é possível observar que ao longo dos anos a ênfase inicial na reforma agrária perdeu força, dando lugar aos chamados “projetos de desenvolvimento rural”, nos quais a transformação da estrutura de propriedade já não é mais vista como condição para a “modernização” da agricultura.

A imagem do capitalismo norte-americano, a forma como a teoria da modernização concebeu o “desenvolvimento” e as reformas propostas na APRO formaram o ambiente intelectual que teve influência sobre as formulações do liberalismo brasileiro. A essas forças poderíamos agregar um ideário cristão de justiça social assentado na “dignidade do homem” e na distribuição da propriedade que ajudaria a formar alguns atores singulares, como o senador e ministro da Justiça Milton Campos¹⁰, e que constituiria um dos eixos da argumentação desenvolvida pelo IBAD. O liberalismo “americanista” e o argumento extraído da doutrina cristã tinham em comum a rejeição ao socialismo como uma via de modernização.

Para o IBAD, o sentido geral da reforma agrária deveria ser a democratização da propriedade pessoal da terra, entendida como um

⁹ Como relata Campos (1994, p. 418), a APRO reforçava a ideia do “planejamento global” como instrumento das políticas de desenvolvimento, combinadas com um programa de reformas básicas em setores estratégicos da sociedade e da economia, tais como a agricultura, a educação, a habitação, o saneamento, a arrecadação fiscal. Esses projetos de desenvolvimento combinariam recursos públicos com ajuda externa norte-americana, sendo que a capacidade técnica para formular bons projetos seria decisiva para a captação de recursos externos, em substituição a uma visão de cunho “assistencialista”.

¹⁰ São poucas ainda as referências a esta articulação entre a doutrina cristã e o pensamento liberal em torno da reforma agrária. Um registro deste encontro no pensamento de Milton Campos pode ser encontrado em Guimarães (2006).

elemento de segurança, independência e responsabilidade que eleva a condição e a dignidade dos indivíduos. Propriedade individual e não socialista ou coletiva, “dar terra ao homem e não ao Estado” (IBAD, 1961, p. 50). A estrutura agrária brasileira era considerada “defeituosa” por afetar negativamente o padrão de vida das populações rurais, gerando analfabetismo, mortalidade infantil, baixa produtividade do trabalho, excesso populacional e mau uso da terra. Na origem desses males, a distribuição de terras, problema que “sobrepõe-se aos outros pelo que representa como problema de elevação humana e de promoção do rurícola a um tipo de existência mais compatível com a sua dignidade de pessoa” (idem, p. 55). Tratava-se de “pobreza sem esperança”, um “círculo de miséria” em que não há perspectiva de ascensão social e econômica, que desvaloriza o homem e o trabalho agrícola. A distribuição de terras deveria servir à formação de uma classe média rural, expressão que vai nortear boa parte da formulação dos liberais brasileiros, vista como condição para a modernização não só da economia mas de um conjunto de relações sociais, capazes de dar passagem a uma sociedade “pluralista”. A reforma deveria abrir “ao maior número de pessoas o acesso à propriedade da terra – condição essencial para a instauração, entre nós, de uma verdadeira democracia econômica” (idem, p. 63).

O argumento desenvolvido pelo IBAD teve seguimento com o documento publicado pelo IPES em 1964, antes ainda do golpe. Este provavelmente foi o principal esforço de fundamentar uma via reformista para o campo com um ideário plenamente liberal, desta vez desacoplado das referências ao pensamento cristão que estavam presentes no IBAD. A razão da reforma era “modernizar” o campo, favorecer a transição para formas plenamente capitalistas de organização agropecuária, de modo semelhante às formulações iniciais da Aliança para o Progresso. Era uma resposta reformista às mobilizações camponesas, mas que tentava esvaziar o seu sentido político e enquadrar a reforma no âmbito “técnico” e “pacífico”. O principal redator do documento, publicado em edição bastante luxuosa, foi Paulo de Assis Ribeiro, especialista com vasto treinamento na questão agrária e que viria a ser o primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) no regime militar.

O IPES se somava aos que viam na estrutura agrária um obstáculo ao desenvolvimento. A estrutura agrária era considerada “indevida” quando a terra “é desviada de seu fim produtivo para constituir-se apenas em objeto de especulação ou constituir-se em fonte de poder ou de prestígio social” (IPES, 1964, p. IX). A existência de um “mo-

nopólio” de terras impediria a formação plena do mercado de terras no Brasil, o que legitimaria o recurso à intervenção do Estado, que deveria se dar de acordo com a orientação de uma reforma “democrática”, calcada na propriedade familiar e com assistência técnica estatal ou de empresas privadas. Como no documento do IBAD, o “objetivo fundamental a ser atingido pela Reforma Agrária no caso brasileiro é a criação de uma classe média rural”, exigência tanto do “desenvolvimento econômico” quanto do “funcionamento do regime democrático” (idem, p. XV).

Mas nem todo latifúndio deveria ser considerado “improdutivo” e os que apresentassem bons rendimentos deveriam ser preservados da política de reforma. O latifúndio produtivo “tem de ser condicionado concomitantemente ao interesse econômico e à preservação da função social da terra” (idem, p. 63). O principal instrumento da reforma deveria ser a tributação progressiva das áreas de latifúndio, o que deveria “forçar” a iniciativa privada a dar uso racional à terra. O imposto territorial oneraria a propriedade improdutivo estimulando a sua venda e ao mesmo tempo possibilitaria arrecadar fundos para a compra de terras pelo Estado, isto é, para a indenização das terras desapropriadas e para o financiamento dos novos proprietários (IPES, 1964).

A reforma deveria fortalecer a “propriedade familiar”, conceito que seria preferível ao de “pequena propriedade”, passível de confusão com o de “minifúndio”, visto como áreas minúsculas economicamente inviáveis, espécie de contrapartida ao latifúndio na estrutura agrária tradicional. A imagem criada é de uma propriedade familiar apta à difusão das técnicas agrícolas mais avançadas, com organização de cooperativas agrícolas, cujos efeitos econômicos positivos seriam sentidos na dinamização do mercado interno. Mas a razão não é apenas de ordem econômica, a propriedade familiar “corresponde a um sistema de cultivo da terra e também a um modo de viver, sobre o qual a Europa construiu sua civilização e os Estados Unidos sua prosperidade” (idem, p. 69).

A resposta liberal à iniciativa de reforma agrária das esquerdas e às mobilizações camponesas apontava para um imaginário “americano”, no qual a distribuição da propriedade é um recurso tanto para o desenvolvimento do capitalismo quanto para a modernização social. Mesmo partindo de um ponto comum com o diagnóstico hegemônico na esquerda reformista – a identificação da estrutura agrária como “obstáculo” à modernização – o reformismo liberal buscava fundamentar uma via distinta de modernização, que apontava para um capitalismo agrário de feição “americana”, em consonância com

o ideário da Aliança para o Progresso e com as teorias da modernização. A opção por uma reforma “técnica e pacífica” tentava estruturar princípios de seleção econômica para a determinação tanto das áreas a serem reformadas quanto dos eventuais beneficiários. A agência estatal estaria combinada com mecanismos de “mercado”, sendo o imposto territorial o instrumento por meio do qual essas duas agências se combinariam, induzindo a venda de propriedades improdutivas e ao mesmo tempo gerando os recursos necessários para o financiamento da reforma. Essas foram as linhas básicas das tentativas de reforma inscritas no Estatuto da Terra proposto pelo regime militar e aprovado no Congresso Nacional em 1964.

A economia imaginada do capitalismo agrário brasileiro

As proposições dos dois reformismos foram contestadas pela emergência de uma terceira linguagem, adversária da reforma agrária e mais estritamente comprometida com um ideal industrial para a agricultura. Em seus trabalhos Antonio Delfim Netto, Ruy Miller Paiva e Antônio Barros de Castro desafiavam a formulação de que a estrutura agrária seria um obstáculo à modernização e projetaram uma via de desenvolvimento assentada na transformação da grande propriedade em moderna empresa capitalista. Esses intelectuais constituíam na batalha de ideias contra o reformismo uma “economia imaginada” do capitalismo agrário, capaz de reposicionar a agricultura nos projetos de desenvolvimento e orientar a criação de instituições, isto é, de regras e recursos, que induziram as mudanças sociais no mundo rural.

A noção de “economia imaginada” serve para ajudar a compreender a relação entre o conhecimento produzido e as transformações no mundo rural. É uma categoria tomada de empréstimo à sociologia econômica¹¹, enfatizando o papel das ideias, dos quadros culturais e cognitivos, bem como dos conhecimentos disciplinares na coordenação das ações econômicas. As ideias aqui ajudam a produzir antecipações de futuro, coordenar ações e instituir tecnologias administrativas que conduziram mudanças sociais. Dessa forma, remapeiam o espaço social, político e econômico de modo a construir uma narrativa capaz de exigir adaptações institucionais e de se difundir entre os agentes sociais.

¹¹ Ver Cameron e Palan (2004), Jessop (2002), Beckert (2010), embora não utilize o mesmo termo, é outra referência para pensar a interação entre ideias, interesses e instituições na economia. Sem sombra de dúvidas, a maior inspiração para a importância da imaginação econômica na construção do mundo econômico é o trabalho clássico de Polanyi (1980).

A economia imaginada do capitalismo agrário brasileiro teve três fontes principais e interligadas, a saber: a recepção de um “ideal industrial” de produção agrícola, a “revolução verde” e a economia agrícola enquanto disciplina universitária. Todas as três estão ligadas à forte circulação de ideias e de pessoas entre o Brasil e os Estados Unidos na segunda metade do século XX. O “ideal industrial” diz respeito à transformação dos processos produtivos na agricultura, incorporando técnicas características da produção industrial: a produção em larga escala, a padronização do processo produtivo, o uso de máquinas e da energia mecânica, a confiança em processos administrativos e a evocação da “eficiência” como critério produtivo. Era o desejo de fazer de “cada fazenda uma fábrica” (FITZGERALD, 2003). Essas transformações tiveram origem nos Estados Unidos do princípio do século XX, quando um conjunto de engenheiros passou a se dedicar à agricultura, buscando adaptar os processos produtivos no campo à lógica dos processos fabris e introduzindo as inovações científicas como vetor principal destas transformações.

Esses processos foram difundidos globalmente, sobretudo na periferia do capitalismo mundial, na esteira da “revolução verde”, iniciativa promovida pelo governo norte-americano que visava ampliar a produção agrícola em países pobres, promovendo a ruptura do padrão técnico, com a utilização, especialmente, de sementes híbridas de maior produtividade. O plantio das novas sementes exigia por sua vez a adaptação das práticas agrícolas a um pacote tecnológico que incluía defensivos agrícolas (químicos) e máquinas mecânicas (para colheita e preparo do solo). A revolução verde era concebida como estratégia para evitar convulsões sociais decorrentes da fome e para “demonstração” das vantagens da agricultura racionalizada diante da diversidade de práticas locais, difundindo os valores e as práticas da agricultura comercial capitalista¹².

Outro ponto de apoio da nova economia imaginada foi a institucionalização da economia agrícola enquanto disciplina universitária, outro processo de difusão científica e cultural transcorrido nos circuitos Estados Unidos – Brasil. A economia agrícola forneceu as construções técnico-científicas para analisar e apoiar a transição de agriculturas “tradicionais” para agriculturas “modernas”, argumentando que esse processo dependia menos de condições culturais do que de estímulos estritamente econômicos. De importância central foi

¹² Para um relato vivo de uma das principais lideranças da “revolução verde”, ver Brown (1970). Para a crítica, ver Scott (1998) e Cullather (2004).

o trabalho de Theodore Schultz (1965) que sustentava que a introdução de novas tecnologias – e não a reforma da estrutura agrária – era o fator determinante para romper o ciclo reprodutivo das agriculturas tradicionais, isto porque apenas a introdução de novos fatores produtivos (decorrentes do capital e não de terra e trabalho) poderia gerar novas oportunidades de lucro, alargando o horizonte de expectativas dos agricultores. Para ele, a solução seria prover uma oferta adequada de novos instrumentos agrícolas a preços razoáveis e difundir por meio da educação e do treinamento as técnicas adequadas. Se fosse possível produzir fatores modernos de produção a preços baixos, de forma que as oportunidades de lucro fossem evidentes, não haveria barreira estrutural ou cultural à modernização. Dentre os brasileiros, Ruy Miller Paiva foi provavelmente o economista que estabeleceu maior proximidade com Schultz e que exerceu papel importante na institucionalização da economia agrícola nas universidades. Com ela, o argumento ganharia status de ciência e se reproduziria na formação de economistas e engenheiros agrícolas com participação ativa na difusão da modernização.

No Brasil, o ideário da “revolução verde” teve afinidades e influência em uma linha de interpretação da questão agrária que criticava o reformismo dos anos 1960. Os intelectuais brasileiros compartilhavam com seus correspondentes estrangeiros teorias, experiências, valores e objetivos políticos. Ambos os grupos acreditavam na capitalização das grandes propriedades como instrumento para o crescimento do produto agrícola, no poder de transformação da introdução de novas tecnologias, na racionalidade de mercado dos agricultores e na integração entre agricultura e indústria. Os intelectuais brasileiros chegaram a uma economia imaginada do capitalismo agrário em parte por sua experiência própria e pela observação da trajetória histórica do país, todavia, o fizeram em um contexto político e cultural no qual o ideário da “revolução verde” e da industrialização da agricultura tornava-se hegemônico, o que implicou em diálogo e mesmo colaboração efetiva. Para deslocar o reformismo agrário, construíram uma interpretação própria da questão agrária brasileira e fizeram dela um capital cognitivo para a intervenção política. Enfrentar a questão agrária significou para esses intelectuais afirmar uma concepção de desenvolvimento para o país e ao mesmo tempo afirmar a si mesmos nos campos político e científico.

No combate ao reformismo agrário, dois argumentos centrais foram mobilizados: o primeiro tratava de desfazer a imagem de ineficiência da agricultura brasileira veiculada pelos reformistas; o segundo ques-

tionava a necessidade da reforma como uma via de desenvolvimento. De início, tanto Delfim quanto Paiva procuram mostrar por meio de estatísticas que o crescimento da agricultura entre os anos 1940 e 1970 não teria sido tão fraco quanto pensavam seus adversários. Delfim diz que entre 1952 e 1962 a agricultura cresceu no Brasil a taxas bastante razoáveis (44%) e superiores às de muitos outros países, por exemplo, a Argentina (21%). Paiva sustenta que, embora esse crescimento fosse inferior ao do setor industrial, era maior que o crescimento demográfico, e que não teria havido aumento expressivo de preços, nem decréscimo do volume de exportações agrícolas, não configurando situação crítica. Ambos os autores identificam também indícios de elevação da produtividade da terra e do trabalho desde a década de 1950, o que estaria a indicar um processo em curso de modernização técnica da agricultura, embora este não fosse homogêneo em todo o país e estivesse concentrado na então denominada região Centro-Sul¹³.

Se o desempenho da agricultura era considerado positivo, também a imagem dos proprietários rurais deveria ser reconsiderada. Longe do estereótipo do senhor feudal e do proprietário tradicional resistente à modernização, a imagem preferida é a do "agricultor -empresário", apto a responder positivamente aos incentivos de modernização da agricultura. Não haveria nem na estrutura agrária nem no perfil de sua classe dirigente barreiras para a plena integração da agricultura aos projetos de desenvolvimento e industrialização do país. Os proprietários agrários já operariam de acordo com a racionalidade capitalista, reagindo positivamente a estímulos de mercado, calculando a oferta de produtos em função da demanda, protegendo os preços e a perspectiva de lucro. Segundo Delfim, "a utilização do fator terra depende somente da comparação entre os preços pagos aos produtores. Na verdade, os agricultores observam o comportamento do mercado e procuram utilizar os fatores de produção nos produtos que oferecem as melhores perspectivas de ganho" (DELFIN NETTO; PASTORE; CARVALHO, 1966, p. 160).

O que se buscava estabelecer era a existência de um grupo apto para a modernização, capaz de calcular em bases capitalistas, aceitar os riscos da inovação tecnológica e operar em função de estímulos de mercado. Esses seriam os agentes privilegiados da modernização da agricultura, os portadores sociais dos valores e das técnicas desejáveis para o desenvolvimento agrícola. Após um longo estudo, no qual acompanhou durante 15 anos 99 fazendas, Paiva afirmaria com

¹³ Ver Delfim *et al.* (1966); Paiva *et al.* (1973).

convicção que esses produtores eram “geralmente grandes ou médios proprietários, muitos deles capazes e desejosos de aceitar os riscos das inovações, que mecanizaram numa escala significativa” (NICHOLLS; PAIVA, 1979, p. 239). Longe de serem latifundiários ociosos, esses produtores eram vistos pelos autores como agricultores-empresários, que operavam segundo a lógica capitalista e de mercado.

Em contrapartida, a reforma agrária não era vista como necessária para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que vinha por suas próprias forças encontrando espaços de crescimento econômico e modernização, ainda que esse movimento tivesse suas limitações. Mesmo no interior do pensamento cepalino, a reforma agrária foi duramente criticada no final dos anos 1960. Antônio Barros de Castro, operando a partir das informações estatísticas produzidas por Delfim Netto, chega a conclusão que a reforma não obedeceria a critérios econômicos, mas apenas a teses de “justiça repartitiva” (CASTRO, 1969, p. 80), pois seria forçoso reconhecer que a agricultura não representava obstáculo histórico nem ao crescimento econômico nem à industrialização. Ademais, a reforma não contribuiria para a formação do mercado interno, tal como advogado por autores reformistas como Celso Furtado ou Caio Prado Júnior, isto porque a industrialização brasileira seria um processo histórico singular, que teria dispensado o mercado agrícola a partir dos mecanismos de substituição de importações. Assim, a agricultura não desempenharia funções na “acumulação primitiva” da indústria, sendo a industrialização processo largamente autônomo em relação às transformações agrícolas. O problema para Castro é conectar ambos os processos, o que significa na prática industrializar a agricultura. A reforma agrária em vez disso induziria linhas de crescimento extensivo da agricultura, dificultando a absorção tecnológica. É a grande propriedade, na imaginação do autor, o agente social privilegiado da modernização¹⁴. Ela é que pode

¹⁴ Comparando a transformação da agricultura na grande e na pequena produção, Castro assevera: “no primeiro caso, temos a aplicação em ampla escala de máquinas, adubos químicos, inseticidas etc.; no segundo, temos a prioridade deslocada para os implementos simples como o arado, para a melhoria das sementes, o uso de adubos verdes e orgânicos, o combate à erosão, o cuidado com o espaçamento etc. O primeiro gênero de agricultura supõe unidades agrícolas de porte médio ou grande, elevada capacidade financeira por parte dos proprietários e, sem dúvida, amplo apoio de políticas e programas governamentais. Neste último gênero de agricultura são amplas as encomendas ao setor industrial, o qual encontraria mercado (mais uma vez) para seus produtos de “vanguarda”: tratores, motores elétricos, produtos químicos etc.” (CASTRO, 1969, p. 130 – 131).

inclusive abrir um mercado de consumo de produtos industriais de bens de capital, estimulando o processo de industrialização, vetor central do desenvolvimento econômico.

Paiva também vê um antagonismo entre a política em favor da modernização e a reforma agrária, a razão seria de ordem econômica, a redistribuição de propriedades pouco faria pelo crescimento do produto. O balanço que faz do tema, em 1973, aponta nesta direção, pois, argumenta, mesmo com todo o aparato institucional criado para a reforma na esteira do Estatuto da Terra, seus resultados seriam medíocres, apenas 13 projetos executados e pouco mais de 4 mil agricultores assentados (PAIVA *et al.* 1973). A reforma só faria sentido em casos muito específicos de latifúndios com grandes extensões de terras férteis mal aproveitadas em regiões de população rural desempregada. Como considerava que a fonte do crescimento do produto agrícola era o incremento tecnológico, a reforma só poderia se sustentar se houvesse recursos disponíveis para tanto. Todavia, a modernização da grande propriedade era mais viável, concluía o autor.

A difusão da modernização dependeria, segundo Paiva, de um mecanismo de “autocontrole” dos próprios mercados agrícolas, no qual o investimento em insumos modernos só seria compensado com o crescimento dos mercados consumidores (não agrícolas), o que dependeria por sua vez do crescimento industrial. Sem essa expansão da demanda, a expansão da oferta tende a levar à baixa de preços, desincentivando novos investimentos, de forma que subsiste certo “dualismo tecnológico” no setor agrícola, ou seja, produtores com níveis técnicos distintos convivem no mesmo mercado. Esta convivência não é vista como “anomalia”, mas como parte do processo de modernização, e reclamaria incentivos “seletivos”, “escolhendo-se os produtos e os agricultores que tenham possibilidade de fazer com que os benefícios se tornem maiores que os prejuízos” (PAIVA *et al.* 1973, p. 26).

A economia imaginada e a política agrícola do regime militar

Boa parte dos incentivos seletivos para a modernização da agricultura e para sua industrialização esteve ligada à criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), cuja regulamentação data de 1965, mas que só foi efetivamente implementado em 1967 sob o comando de Delfim Netto no Ministério da Fazenda do general Costa e Silva. O SNCR marca uma mudança no padrão de financiamento da produção agrícola, antes restrito a produtos e setores vinculados à atividade de exportação. Agora havia uma política que contava com recursos

fartos, juros incrivelmente baixos e orientada para a promoção de vínculos entre o setor agrícola, a indústria e o capital financeiro¹⁵.

O crédito viabilizou a integração da agricultura com ramos industriais emergentes no país, favorecendo a ampliação do consumo de insumos modernos e também a industrialização de produtos agrícolas. Por meio da linha de crédito de “custeio”, o Estado financiou o consumo de fertilizantes e defensivos, combustíveis, rações e sementes, atrelados ao desenvolvimento de indústrias nacionais nos setores petroquímico e de sementes. A linha de “investimento” contribuiu para a compra de máquinas e tratores, favorecendo a política de substituição de importações e internalização de um setor de bens de capital no país. Já os créditos para comercialização favoreciam a integração agroindustrial com a formação de grandes cooperativas e grandes empresas centralizadoras de capital¹⁶.

Em seu conjunto, a análise da distribuição do crédito revela sua importância na estratégia de “modernização seletiva” da agricultura. A distribuição foi concentrada em uma pequena parcela dos produtores, nas maiores propriedades rurais, nos maiores contratos, nas regiões Sul e Sudeste do país e em alguns produtos. Goodman (1986) e Gonçalves Netto (1997) calculam que no máximo entre 20% e 25% dos produtores tiveram acesso ao crédito na década de 1970. Entre esses, ainda haveria evidências de grande desigualdade, sendo que os grandes produtores ampliaram sua participação no decorrer do tempo¹⁷. Outro indicador importante de seletividade diz respeito aos produtos beneficiados, onde houve um viés para commodities exportáveis, matérias-primas industrializáveis e para a produção de trigo. Assim, apenas seis culturas – café, açúcar, arroz, milho, soja e trigo – dominaram a alocação de recursos.

¹⁵ Os estudos disponíveis mostram que nos dez primeiros anos do SNCR a oferta de recursos cresceu ininterruptamente, de forma que em 1977 havia doze vezes mais recursos disponíveis que em 1960. As taxas de juros foram baixas, oscilando entre 15% e 18% em um período em que a inflação variou entre 15% e 42%, ou seja, houve períodos em que os juros foram negativos, tendo que ser subsidiados pelo poder público. A participação do crédito no produto agrícola consequentemente cresceu de 42% em 1969 para 85% em 1979. Ver Gonçalves Neto (1997) e Delgado (1985).

¹⁶ Ver Delgado (1985).

¹⁷ Gonçalves Netto (1997) afirma que a participação dos grandes produtores subiu de 20,27% do valor total dos empréstimos em 1966 para 53,53% em 1976, enquanto a dos pequenos produtores caiu de 34,13% para 11,38%. Já Goodman (1986) estima que os pequenos contratos representavam apenas 5% do total em 1976, ao passo que os maiores contratos absorveram 61% do crédito.

O SNCR era catalisador da industrialização da agricultura em dois sentidos: a transformação da base técnica e a integração de capitais. No primeiro sentido, tem-se a adoção de processos oriundos das fábricas, de maquinário e insumos industrializados na produção agrícola, de forma que a base técnica da agricultura se aproxima da industrial e crescem as interdependências intersetoriais. Esse processo é mais antigo que a implementação do SNCR, mas foi acelerado na segunda metade dos anos 1960 e na década seguinte. Para além dessa transformação tecnológica, houve a partir de então um processo de fusão e integração de capitais, que se diferencia da integração produtiva por resultar na formação de conglomerados empresariais agroindustriais, que centralizam capitais agrários, bancários e industriais em sociedades anônimas, cooperativas etc. Como mostra Delgado (1985), o capital financeiro é elemento estratégico para esta nova articulação de interesses agroindustriais.

A política de crédito seletivo funcionava, assim, como principal instrumento para a capitalização das grandes propriedades e para a indução da modernização da agricultura. Ela foi a tecnologia administrativa capaz de realizar a mediação entre o projeto hegemônico para a agricultura e a política econômica de industrialização defendida pelo regime militar. Desta forma, os grandes proprietários rurais tornavam-se os portadores sociais das novas relações entre agricultura e indústria, e os capitais agroindustriais adquiriam condições de organizar os novos sistemas produtivos. A política de crédito transformava o Estado em mediador privilegiado das novas relações, na medida em que fornecia os recursos para os novos investimentos e as alianças entre agricultura e indústria. Este é um período de grande ampliação das capacidades estatais no campo, o que não se relaciona apenas à industrialização da agricultura, mas também à organização do trabalho agrícola, à extensão do sistema previdenciário para o campo, à política de colonização das regiões de “fronteira”. No que diz respeito à economia, ao tornar-se promotor da industrialização, o Estado se legitimava como regulador da economia agroindustrial que se estabelecia, concentrando em suas agências meios e recursos para tanto.

Mudança social e efeitos das políticas

Durante o regime militar, o mundo rural brasileiro sofreu grandes transformações, algumas delas efeito direto das políticas do governo, outras relacionam-se a processos que guardam relativa independência diante das políticas. A ação do governo interferiu diretamente

no ritmo da modernização da base técnica da agricultura e em sua direção. O programa de crédito rural favorecia a integração entre a grande propriedade e as indústrias produtoras de insumos e maquinário, ao vincular a tomada de crédito à detenção de títulos de propriedade rural e ao direcionar os recursos para a compra de produtos industriais. A abertura desse mercado foi importante para o próprio desenvolvimento da indústria, tendo sido este o período de maior crescimento da produção de tratores, fertilizantes, sementes selecionadas e herbicidas, por exemplo. Ao lado deste setor, cresce também uma agroindústria processadora de insumos agropecuários, com a produção de óleos, gorduras, margarinas vegetais, processamento de café, rações, embalagens etc. Essas transformações integravam os produtores rurais em cadeias produtivas mais amplas e favoreciam a modernização da base técnica da agricultura e da pecuária, não só em virtude do crescimento da produtividade mas também por requerer oferta mais regular e padronizada de produtos agropecuários. A integração podia assumir formas diferenciadas, sendo possível tanto o modelo vertical, com o controle sob a mesma empresa da produção agrícola e do processamento industrial, quanto a separação entre elas, tendo havido inclusive o estímulo e a formação de cooperativas de produtores, algumas das quais constituíram-se em poderosas estruturas comerciais e financeiras¹⁸. Outro movimento foi o da integração de capitais financeiros, formando grandes conglomerados intersetoriais que reuniam atividades agropecuárias e industriais diversas, buscando equalizar internamente uma taxa de lucro média (DELGADO, 1985).

Este é o período de formação dos assim chamados complexos agroindustriais, expressão utilizada pioneiramente no Brasil por Alberto Passos Guimarães (1979) e que descreve as novas relações entre agricultura e indústria, pautadas pela dupla via de integração. Com o complexo agroindustrial, a agricultura pode ser cada vez menos compreendida como setor autônomo da economia e suas dinâmicas são cada vez mais atravessadas pelo movimento da economia industrial e do capital financeiro, já que sua reprodução depende de preços e condições de financiamento definidos fora do setor agrícola, sendo crescente o protagonismo dos grandes conglomerados.

Nas fazendas, a industrialização da agricultura levou ao aumento do número de máquinas mecanizadas com efeito poupador de mão de obra devido à substituição do trabalho humano em diferentes fases da

¹⁸ Para um balanço da integração agroindustrial, ver Sorj (1980).

produção. Isso favorecia a intensificação da atividade produtiva, com ampliação da produtividade do trabalho e da produtividade por área, o que levou à tendência de ampliar a escala de produção (ampliação da área) e ao reforço da especialização produtiva (monoculturas), tal como na agroindústria canavieira em São Paulo, inclusive com a eliminação de culturas intercalares (GRAZIANO DA SILVA, 1982). A utilização de maquinário mecânico costuma exigir na agricultura a padronização e a uniformização do espaço de plantio, substituindo arranjos mais complexos e localizados de aproveitamento de intervalos espaciais ou de combinação de culturas. Ao mesmo tempo, a mecanização reduzia a necessidade de trabalhadores permanentes, embora não dispensasse a oferta de trabalho sazonal, no caso da cana, especialmente nos períodos de colheita, o que viria a criar uma nova categoria social, o boia-fria, trabalhador temporário em condições precarizadas, muitas vezes sem qualquer registro de contrato de trabalho, cuja remuneração era feita por diária ou por tarefa em jornadas extenuantes de trabalho (MELLO, 1976).

O sentido geral das mudanças em curso para a organização do trabalho foi o da ruptura de relações tradicionais de dominação, assentadas na moradia permanente dos trabalhadores nas grandes fazendas, que assumiam formas muito diversas nas diferentes regiões do país. No Nordeste brasileiro, essas mudanças tiveram relação com a prolongada crise da economia canavieira, com os movimentos sociais contestatórios e com a mudança na legislação trabalhista em 1963. Não se deveria contudo supor que a quebra de relações tradicionais de dominação tenha levado a um processo generalizado de proletarianização; os estudos disponíveis mostram que formas diversas de pequena agricultura foram recriadas no interior do mesmo processo, inclusive com o deslocamento de agricultores para as chamadas regiões “de fronteira”¹⁹. Também não se deveria supor que relações coercivas de controle de mão de obra foram eliminadas; a preservação do monopólio da propriedade da terra, que permitia inclusive o acesso diferenciado às políticas e ao crédito governamental, possibilitava condições muito favoráveis aos grandes proprietários no ajuste das relações de trabalho, não dispensando a utilização da violência quando julgassem conveniente. De toda forma, o direito se insinuava como uma mediação necessária nos conflitos trabalhistas, fornecendo a linguagem fundamental das reivindicações das classes subalternas no campo (SIGAUD, 1979).

¹⁹ Ver Garcia Júnior (1990), Martins (1975, 2009), Sigaud (1979), Velho (1976).

Com relação à questão fundiária, as políticas do regime militar tiveram um efeito concentrador de propriedade da terra. Especialmente nas regiões de fronteira, grandes extensões de área foram transferidas para o controle de grandes proprietários e de grandes empresas em proporção muito superior às terras transferidas para pequenos e médios produtores via programas de colonização. Essas transferências deram origem a uma série de conflitos opondo “colonos”, “posseiros” e grandes proprietários, o que motivou forte intervenção militar na região Amazônica (MARTINS, 1985). Já a política de crédito rural induziu a outro tipo de concentração de propriedade, que esteve mais associada à “financeirização” da terra, o uso da terra como “reserva de valor”, cuja expectativa de valorização futura servia como proteção contra os excessos inflacionários do período, o que levou muitos empresários distantes da atividade rural a adquirir terras, bem como à intensificação da ação especulativa (RANGEL, 2004).

Outra consequência importante das políticas do regime militar foi uma transformação na relação do Estado com o mundo rural. Visto em perspectiva histórica mais larga, desde a publicação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, sob o governo democrático de João Goulart, mas também no regime militar, cresceu a capacidade de intervenção e de mediação do Estado nas relações sociais, econômicas e políticas no mundo rural. Se historicamente o mundo rural havia sido refratário à expansão do ordenamento público e preservado espaços privados de controle sobre a terra, o trabalho e a economia, este é um período em que o movimento se dá em direção contrária, com o reforço das “capacidades estatais”. Por meio do direito trabalhista, o Estado passou a mediar conflitos, o que abriu oportunidades para a ação de sindicatos e movimentos grevistas. Por meio das políticas de modernização, o Estado se tornou parte essencial da reprodução da economia agroindustrial. Esta expansão das capacidades estatais não tem contudo efeito inequivocamente democratizante, na medida em que a seletividade das políticas permitiu aos grandes proprietários rurais a manutenção de controles sobre recursos essenciais para a reprodução da economia, constituindo uma fonte de ampliação de desigualdades.

Conclusão

Os processos de modernização da agricultura brasileira durante o regime militar foram em larga medida tributários de uma construção intelectual que forneceu os instrumentos cognitivos e ideais para a orientação de formas diversas de agência do Estado e dos atores so-

ciais. Embora não se deva considerar que as práticas (e as políticas) respondem de maneira homogênea a construções culturais, combinando de forma heterogênea elementos oriundos de linguagens diversas, foi a crítica ao reformismo agrário e sua projeção de uma economia imaginada do capitalismo agrário que obtiveram hegemonia na condução da modernização. Longe de ser um processo natural ou evolutivo da economia agrícola ou, como gostam de proclamar alguns de seus profetas atuais, fruto do empreendedorismo individual, o capitalismo agrário brasileiro contém em sua origem a arbitrariedade da construção intelectual e as marcas de uma hegemonia política inscrita nas instituições e nas políticas estatais de modo a estimular, induzir ou até mesmo criar os espaços e as condições para sua reprodução.

Esta economia imaginada e a política econômica que lhe foi afim imprimiram uma dinâmica de modernização comparável às modernizações conservadoras da literatura clássica da sociologia, conferindo à grande propriedade agrária o protagonismo na transição para o moderno capitalismo agrário e reduzindo as possibilidades de afirmação de setores subalternos. O autoritarismo político permitiu controlar e reprimir os movimentos de contestação, bem como acelerar a implementação das políticas seletivas de crédito, de integração agroindustrial ou de titulação da propriedade. O descompasso entre essa construção econômica e suas consequências sociais está na origem de muitos dos problemas vivenciados após a democratização política, no que diz respeito à desigualdade social, às relações entre Estado e proprietários rurais, às relações trabalhistas no campo ou às formas de apropriação do território. São eles que recolocam a questão agrária em pauta nos dias de hoje, não mais como nas prescrições de remoção de obstáculos para a modernização capitalista que povoavam a imaginação dos reformistas dos anos 1960, mas como parte dos esforços de democratização e de afirmação de direitos necessários para superar a modernização conservadora.

Referências bibliográficas

- BECKERT, Jens. How do fields change? The interrelations of institutions, networks and cognition in the dynamics of markets. *Organization Studies*, v. 31, n. 05, p. 605-627, 2010.
- BROWN, Lester. *Seeds of change: The green revolution and development in the 1970's*. London: Pall Mall Press, 1970.
- CAMARGO, Aspasia. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Thèse pour le doctorat du 3e. cycle – Université de Paris, Paris, 1973.
- CAMERON, A.; PALAN, R. *The imagined economies of globalization*. London: Sage Publications, 2004.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 Ensaíos sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense, 1969.
- CULLATHER, Nick. Miracles of modernization: The green revolution and the apotheosis of technology. *Diplomatic History*, v. 28, n. 2, p. 227-254, 2004.
- DELFIM NETTO, Antonio; PASTORE, Affonso C.; CARVALHO, Eduardo Pereira De. *Agricultura e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Estudos ANPES n. 5, 1966.
- DELGADO, Guilherme C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985*. São Paulo; Campinas: Ícone; Ed. Unicamp, 1985.
- FITZGERALD, Deborah Kay. *Every farm a factory: the industrial ideal in American agriculture*. New Haven: Yale University Press, 2003.
- FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. Celso. *Formação econômica do Brasil (1959)*, Rio de Janeiro: contraponto 2009).
- GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Bread and democracy in Germany*. 2a. ed. New York: Howard Fertig, 1966.
- GILMAN, Nils. *Mandarins of the future: modernization theory in cold war America*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 2003.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- GOODMAN, David. Rural economy and society. In: BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. (Org.). *Social change in Brazil, 1945-1985: the incomplete transition*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GUIMARÃES, Juarez. O cristianismo e a formação da moderna questão agrária brasileira. In: PAULA, Delsy Gonçalves de; STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez (Org.). *Sentimento de reforma agrária, sentimento de República*. Belo Horizonte; Editora UFMG; Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 198-234, 2006.
- IBAD. *Recomendações sobre a reforma agrária*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Ação Democrática, 1961.
- IPES. *A reforma agrária: problemas - bases - solução*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- JESSOP, Bob. *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- LÊNIN, V. I. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. *Obras escolhidas*. v. 1. p. 381-472, São Paulo: Alfa - Ômega, 1979.
- LÊNIN, V. I. El programa agrario de la socialdemocracia en la revolución rusa de 1905 - 1907. *Obras escogidas*. v. 2. p. 258-481. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974.
- LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9a. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MELLO, M. da C. D'Incao E. *Boia-fria: acumulação e miséria*. Petrópolis: Vozes, 1976.

- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Cosmos; Santos: Martins Fontes, 1975.
- NICHOLLS, W. H.; PAIVA, Ruy Miller. *Mudanças na estrutura e produtividade da agricultura brasileira, 1963/73: Noventa e nove fazendas revisitadas*. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1979.
- PAIVA, Ruy Miller; SCHATAN, S.; FREITAS, C. T. *Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades*. Rio de Janeiro: Graphos, 1973.
- PALLOT, Judith. *Land reform in Russia, 1906-1917: peasant responses to Stolypin's project of rural transformation*. Oxford: New York: Clarendon Press; Oxford University Press, 1999.
- PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalismo au Bresil: lecture critique d'un debat*. Faculte de Lettres et Sciences Humanes de l'Université de Paris, Paris, 1971.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Revista Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, 1989.
- POCOCK, John G. A. The concept of a language and the métier d'historien: Some considerations on practice. In: PADGEN, ANTHONY (Org.). *The languages of political theory in Early - Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 19-38.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- _____. Caio. *A revolução brasileira*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RANGEL, Ignacio. *A questão agrária brasileira (1962). Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 2, 2005.
- _____. Ignacio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. 2a. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SCHULTZ, Theodore. *A transformação da agricultura tradicional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- SCOTT, James C. *Seeing like a state: how certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press, 1998. (Yale agrarian studies).
- SHANIN, Teodor. *Russia as a "developing society"*. London: Macmillan, 1985.
- SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudos sobre trabalhadores da cana-de- açúcar*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. [s.l.]: Difel, 1976.
- WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além - Elba - 1892. In: STOLCKE, V.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, p. 13-58, 1981.
- WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, p. 95-113, 1974.
- WEBER, Max. Developmental tendencies in the situation of East Elbian rural labourers. In: TRIBE, KEITH (Org.). *Reading Weber*. London, New York: Routledge, p. 158 -187, 1989a.
- WEBER, Max. *Estudos políticos Rússia 1905 e 1917*. Rio de Janeiro: Azougue, 2005.
- WEBER, Max. Germany as an industrial state. In: TRIBE, KEITH (Org.). *Reading Weber*. London, New York: Routledge, p. 210-220, 1989b.
- WERNECK VIANNA, Luiz. *Questão nacional e democracia: O Ocidente incompleto do PCB*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. (Série Estudos, 64).

SILVA, Felipe Maia Guimarães da. O agrarismo brasileiro em questão: os intelectuais e a formação do capitalismo agrário brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2014, vol. 22, n. 2, p. 286-318, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*O agrarismo brasileiro em questão: os intelectuais e a formação do capitalismo agrário brasileiro*). O artigo trata das interpretações da questão agrária no Brasil e da formação do capitalismo agrário brasileiro, estabelecendo relações entre os projetos intelectuais e as mudanças ocorridas no período que ficou consagrado como “modernização conservadora” da agricultura. Identificamos a formação de três distintas linguagens de interpretação da questão agrária e procuramos mostrar quais suas origens intelectuais, seus argumentos substantivos e suas relações com os projetos políticos. A análise se concentra na produção intelectual dos anos 1960 e 1970, mapeando as definições da questão agrária, as imagens que se constituíram dos agricultores e do desenvolvimento da agricultura, bem como, desdobramentos políticos.

Sugerimos que a constituição de uma interpretação hegemônica em torno da funcionalidade da estrutura agrária para o desenvolvimento do capitalismo foi elemento decisivo da conformação de políticas estatais que conduziram um processo de modernização seletiva.

Palavras-chave: questão agrária, modernização, ditadura militar, intelectuais.

Abstract: (*Brazilian agrarianism in question: intellectuals and the formation of Brazilian agrarian capitalism*). This article treats interpretations of the Brazilian agrarian question and the origins of contemporary agrarian capitalism in Brazil, establishing connections between intellectual perspectives and social change during the 1960s and the 1970s, a period that has come to be known as that of “conservative modernization” of Brazilian agriculture. Three different languages of interpretation of the agrarian question are identified and their intellectual origins, substantive arguments and relations with political projects are explored in the article. The analysis focuses on intellectual production of the 1960s and 70s, mapping the definitions of the agrarian question, the images that were constructed of farmers and of agricultural development, as well as its political implications. The conclusion points to an hegemonic interpretation regarding the functionality of Brazilian agrarian structure for capitalist development as a decisive element in the formation of state policies that were behind a process of selective modernization.

Key words: Agrarian question, modernization, Brazilian military regime, intellectuals.

Recebido em novembro de 2014.

Aceito em dezembro de 2014.

